



CADERNO  DE
RECOMENDAÇÕES
E  METODOLOGIA
PARA  ESPAÇOS
DE  FORMAÇÃO.

Instituto
BR

SEBRAE

TÍTULO: Caderno de recomendações e metodologia para espaços de formação

AUTORES: Prospera Conhecimento, Prospera Acessibilidade, Instituto BR e Sebrae.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO: Maria Leticia Lucas

PROJETO GRÁFICO: Rodrigo Paschoal

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Ari Areia (4571/CE).

REVISÃO TÉCNICA: Leonardo Gama Durães, Marlene de Deus Albuquerque Durães

ANO: 2026

LOCAL: Rio de Janeiro/RJ

PÚBLICO-ALVO: Gestores, educadores e parceiros locais que atuam na transformação dos espaços físicos.

FORMATO: Digital e impresso

PÁGINAS: 80

CLASSIFICAÇÃO: Acessibilidade, Desenvolvimento Territorial, Inclusão social, Economia criativa, Políticas públicas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **PAG: 4-27**

1.1: O que é o Caderno.

1.2: Ações formativas.

1.3: Objetivo geral.

1.4: Objetivos específicos.

1.5: Público-alvo.

1.6: Modos de uso.

JUSTIFICATIVA **PAG: 28-52**

2.1: Importância do Caderno para promulgar e assegurar a acessibilidade como Direito Humano.

2.2: "Caderno" como referência para a identificação e superação de barreiras físicas e morais nos espaços de formação.

2.3: Democratização do conhecimento técnico sobre acessibilidade nos territórios periféricos.

2.4: Caderno é um investimento de grande relevância física e social com um baixo custo monetário para a implantação.

2.5: Motivos que fazem do Caderno um projeto viável a curto prazo.

METODOLOGIA **PAG: 53-76**

3.1: Princípio Metodológico Geral.

3.2: 12 etapas metodológicas.

3.3: Quadro metodológico.

3.4: Gráficos de confiabilidade.

3.5: Resumo final.

REFERÊNCIAS **PAG: 77-79**

O QUE É O CADERNO?

O Caderno de recomendações e metodologia para espaços de formação configura-se como **um instrumento técnico-pedagógico orientador**, concebido para apoiar, qualificar e padronizar ações formativas em contextos comunitários, culturais e empreendedores. Seu propósito central é operacionalizar o conceito ampliado de acessibilidade, traduzindo referenciais teóricos, normativos e legais em diretrizes práticas aplicáveis aos espaços de formação.



Trata-se de **um material de caráter formativo e metodológico**, voltado à capacitação de equipes, gestores e agentes territoriais, possibilitando a identificação sistemática de barreiras, o planejamento de intervenções coerentes e a adoção de práticas inclusivas sustentáveis. Ao articular as dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal da acessibilidade, o Caderno promove uma compreensão integrada do fenômeno da exclusão, superando abordagens fragmentadas e meramente adaptativas.

Assim, o Caderno não se limita a um compêndio de recomendações técnicas, mas se afirma como **um dispositivo estratégico de mediação entre o campo normativo e a prática institucional**. Ao orientar processos formativos ancorados em direitos humanos e justiça social, contribui para a consolidação de ambientes educativos acessíveis, equitativos e socialmente comprometidos, fortalecendo a capacidade dos territórios de garantir a participação plena e autônoma de todos os sujeitos.



AÇÕES FORMATIVAS

As ações formativas consistem em seminários presenciais organizados em mesas temáticas, voltados à qualificação de empreendedores culturais, agentes territoriais, coletivos e profissionais da economia criativa, considerando a diversidade de linguagens, arranjos produtivos e contextos socioterritoriais.

Esses encontros promovem o diálogo entre especialistas, gestores públicos e atores do território, criando um espaço estruturado de troca de conhecimentos, experiências e práticas relacionadas à atuação no campo cultural.

O foco central das ações é o **letramento institucional**, compreendido como a capacidade de compreender e acessar os instrumentos formais das políticas culturais, incluindo editais, leis de incentivo, mecanismos de fomento, contratos e termos de parceria. As mesas temáticas abordam conteúdos relacionados à elaboração e gestão de projetos culturais, à conformidade jurídica e administrativa, à prestação de contas e à sustentabilidade dos empreendimentos, contribuindo para a redução de assimetrias informacionais e para o fortalecimento da autonomia dos agentes culturais.

Além disso, os seminários estimulam a articulação em rede e a cooperação entre os participantes, favorecendo a construção de ecossistemas culturais locais mais integrados e resilientes. Ao promover conexões, parcerias e o compartilhamento de experiências, as ações formativas contribuem para a sustentabilidade econômica, social e simbólica dos negócios culturais, reforçando o papel da cultura como vetor de desenvolvimento territorial, inclusão produtiva e dinamização da economia criativa.



OBJETIVO GERAL

Promover a formação técnica, pedagógica e institucional de agentes, gestores e equipes que atuam em contextos socialmente vulneráveis, com vistas ao desenvolvimento de competências críticas e operacionais voltadas à promoção efetiva da acessibilidade nos ambientes de formação.

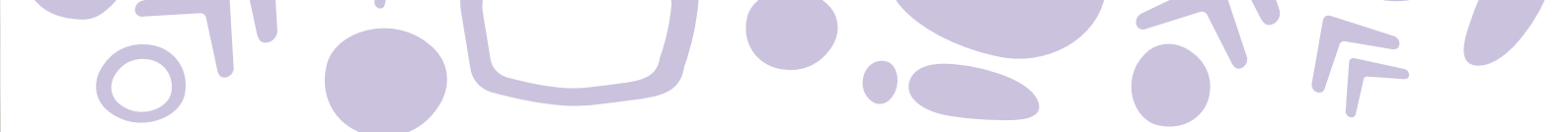
Tal processo formativo orienta-se pelo ensino de estratégias práticas, eficientes e de rápida aplicabilidade, capazes de subsidiar a identificação sistemática de barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, bem como a reorganização qualificada dos espaços físicos e simbólicos e a revisão de práticas institucionais excludentes.



Alinhada aos princípios dos direitos humanos, da equidade e da justiça social, e fundamentada na compreensão ampliada das múltiplas dimensões da acessibilidade, a proposta busca produzir impactos concretos no curto prazo, fortalecendo condições reais de acesso, permanência e participação plena dos sujeitos nos processos formativos, de modo a contribuir para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, democráticos e socialmente comprometidos.



OBJETIVO ESPECÍFICO



Fortalecer de forma contínua a comunicação, a formação e o ensino sobre acessibilidade, promovendo a compreensão aprofundada de seus fundamentos conceituais, normativos e técnicos, bem como de suas múltiplas dimensões — físicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e atitudinais.

Busca-se capacitar equipes técnicas, facilitadores e parceiros institucionais para reconhecer barreiras, avaliar riscos, interpretar critérios técnicos e incorporar práticas acessíveis de maneira sistemática nos processos formativos, desde o planejamento até a execução, assegurando que a acessibilidade seja compreendida e aplicada como requisito de qualidade, equidade e efetividade das ações desenvolvidas.


Promover a transformação mental, cultural e atitudinal sobre a acessibilidade, contribuindo para a superação definitiva de concepções reducionistas, assistencialistas ou meramente compensatórias, que tratam a inclusão como favor, adaptação pontual ou ação excepcional.

Busca-se consolidar a acessibilidade como valor ético estruturante, critério técnico de qualidade e condição inegociável de legitimidade das ações educativas, culturais e comunitárias, orientando decisões, práticas e escolhas institucionais desde o planejamento até a execução, de modo a assegurar participação plena, autonomia e dignidade a todas as pessoas.

02



FOTO:
TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Orientar a transformação, adequação e qualificação dos espaços físicos destinados à formação, por meio da definição de diretrizes técnicas claras, da proposição de soluções concretas para a mitigação e eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais e da implementação de reorganizações operacionais viáveis, compatíveis com diferentes realidades territoriais e orçamentárias.

Tal orientação visa assegurar condições mínimas e progressivas de acesso, circulação, permanência, uso autônomo e segurança para todos os participantes, considerando a diversidade de corpos, mobilidades, percepções e necessidades, de modo a promover ambientes formativos mais acessíveis, funcionais e alinhados aos princípios da acessibilidade universal e dos direitos humanos.



03

Contribuir para a ampliação, consolidação e efetivação do direito à acessibilidade, atuando de forma estratégica na redução da distância historicamente existente entre o marco legal e sua materialização nas práticas territoriais cotidianas. Para tanto, propõe-se a adoção de metodologias aplicáveis, sistematizadas e orientadas à ação, capazes de viabilizar intervenções estruturadas, progressivas e replicáveis, alinhadas às especificidades socioterritoriais dos contextos atendidos pelo Prospera.

Ao articular normativas, diretrizes técnicas e saberes locais, a iniciativa busca fortalecer a capacidade institucional dos agentes envolvidos, promovendo transformações concretas e sustentáveis nos ambientes de formação e ampliando, de forma efetiva, as condições de acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência nos processos educativos, comunitários e formativos.

04



PÚBLICO ALVO

1. Gestores de espaços de formação

Incluem coordenadores, diretores, responsáveis técnicos e lideranças institucionais de centros comunitários, equipamentos culturais, escolas livres, associações, coletivos e organizações sociais. Esses agentes detêm poder decisório sobre a escolha, adaptação e uso dos espaços, sendo fundamentais para a incorporação da acessibilidade como critério institucional e não como ação pontual.

2. Equipes técnicas e operacionais

Compreendem profissionais responsáveis pela organização prática das atividades formativas, como equipes administrativas, de infraestrutura, produção, apoio e manutenção. O Caderno orienta esses agentes na identificação de barreiras físicas, comunicacionais e instrumentais, possibilitando intervenções de curto prazo e ajustes operacionais que impactam diretamente a experiência dos participantes.

3. Educadores, facilitadores e formadores

Englobam professores, oficinairos, mediadores culturais, instrutores e agentes de formação. Esses profissionais atuam na dimensão metodológica e comunicacional da acessibilidade, sendo responsáveis pela adaptação de conteúdos, linguagens, dinâmicas e instrumentos pedagógicos, de modo a garantir participação equitativa e permanência dos sujeitos nos processos formativos.

4. Agentes territoriais e comunitários

Incluem lideranças comunitárias, articuladores locais, agentes culturais e mobilizadores sociais que atuam diretamente nos territórios. Esses sujeitos possuem conhecimento contextual das dinâmicas locais e são essenciais para a aplicação do Caderno de forma territorializada, identificando barreiras naturalizadas e articulando soluções compatíveis com a realidade social, econômica e espacial do território.

5. Gestores públicos e técnicos de políticas públicas

Abrangem servidores e colaboradores de secretarias, fundações, autarquias e programas governamentais vinculados às áreas de educação, cultura, desenvolvimento social e empreendedorismo. Para esse público, o Caderno funciona como ferramenta de apoio à implementação de políticas públicas inclusivas, ao monitoramento de ações formativas e à adequação de espaços sob responsabilidade do poder público.

6. Organizações da sociedade civil e coletivos

Compreendem ONGs, institutos, associações, coletivos culturais e iniciativas de economia solidária que promovem formações em contextos não formais. O Caderno auxilia essas organizações a qualificar suas práticas, alinhar-se aos marcos legais da acessibilidade e ampliar o alcance social de suas ações.

MODOS DE USO



1

USO COMO INSTRUMENTO DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPE

Antes da realização das atividades, o Caderno deve ser utilizado como material de estudo e alinhamento conceitual das equipes técnicas, coordenadores, facilitadores e parceiros locais. Nessa etapa, recomenda-se a leitura orientada dos conteúdos conceituais e normativos, com foco nas dimensões da acessibilidade, no modelo social da deficiência e no papel do espaço como elemento ativo do processo formativo. Esse uso tem como finalidade promover a mudança de percepção, fortalecer uma cultura institucional de acessibilidade e qualificar a atuação da equipe desde a fase inicial.

2

USO COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO PRÉVIO DO ESPAÇO

O Caderno deve ser aplicado antes da escolha definitiva do local da formação, funcionando como um checklist técnico de avaliação. A equipe deve percorrer o espaço com base nos critérios apresentados, analisando o entorno urbano, os acessos, a circulação interna, a organização das salas, os sanitários, a sinalização, a iluminação, os recursos pedagógicos e as rotas de emergência. Esse diagnóstico permite identificar barreiras existentes, classificar riscos e verificar a viabilidade do uso do espaço para a atividade prevista.

3

USO DURANTE A EXECUÇÃO DA ATIVIDADE FORMATIVA

No momento da realização da formação, o Caderno serve como guia de verificação final, permitindo à equipe confirmar se as adaptações previstas foram implementadas, se os fluxos estão organizados e se os recursos pedagógicos e comunicacionais estão adequados. Essa verificação reduz riscos, antecipa problemas e assegura que a experiência formativa ocorra de maneira acessível, segura e digna.

4

USO PARA PLANEJAMENTO DE ADAPTAÇÕES E MITIGAÇÃO DE BARREIRAS

Após o diagnóstico, o Caderno orienta o planejamento das intervenções necessárias. Quando o espaço não atende integralmente às normas técnicas, o material deve ser utilizado para identificar soluções possíveis de mitigação, reorganização do ambiente e ajustes operacionais compatíveis com a realidade territorial. Essa etapa possibilita a qualificação do espaço existente, evitando improvisações e decisões baseadas apenas em percepção subjetiva.

5

USO COMO APOIO À ARTICULAÇÃO TERRITORIAL E À INCIDÊNCIA INSTITUCIONAL

O Caderno pode ainda ser utilizado como material de referência em processos de diálogo com gestores locais, parceiros institucionais e agentes territoriais, servindo como base técnica para sensibilização, negociação e incidência em políticas públicas. Ao sistematizar critérios claros, o documento qualifica o debate e fortalece a defesa do direito à acessibilidade nos espaços de uso coletivo.

6

USO COMO INSTRUMENTO DE REGISTRO, MONITORAMENTO E APRENDIZAGEM INSTITUCIONAL

Após a atividade, o Caderno deve ser utilizado para registrar observações, dificuldades encontradas, soluções adotadas e aprendizados gerados. Esses registros contribuem para o aprimoramento contínuo das práticas, fortalecem a memória institucional e possibilitam a replicação de estratégias bem-sucedidas em outros territórios e ações futuras.

7

USO COMO CRITÉRIO TÉCNICO DE DECISÃO INSTITUCIONAL

O Caderno também deve ser empregado como parâmetro objetivo para tomada de decisão, apoiando a escolha, manutenção ou descarte de determinados espaços. Caso as barreiras identificadas comprometam de forma grave o acesso, a segurança ou a permanência dos participantes, o documento fornece base técnica para justificar a não utilização do local, reforçando a acessibilidade como critério institucional e não opcional.

A photograph of a person with a white cane walking on a cobblestone path. The person is wearing a light blue t-shirt, denim shorts, and a blue messenger bag. The path is made of irregular stones and is bordered by a low concrete wall on the left. In the background, there is a stone wall and some greenery. The image is partially overlaid with blue decorative shapes.

JUSTIFICATIVA

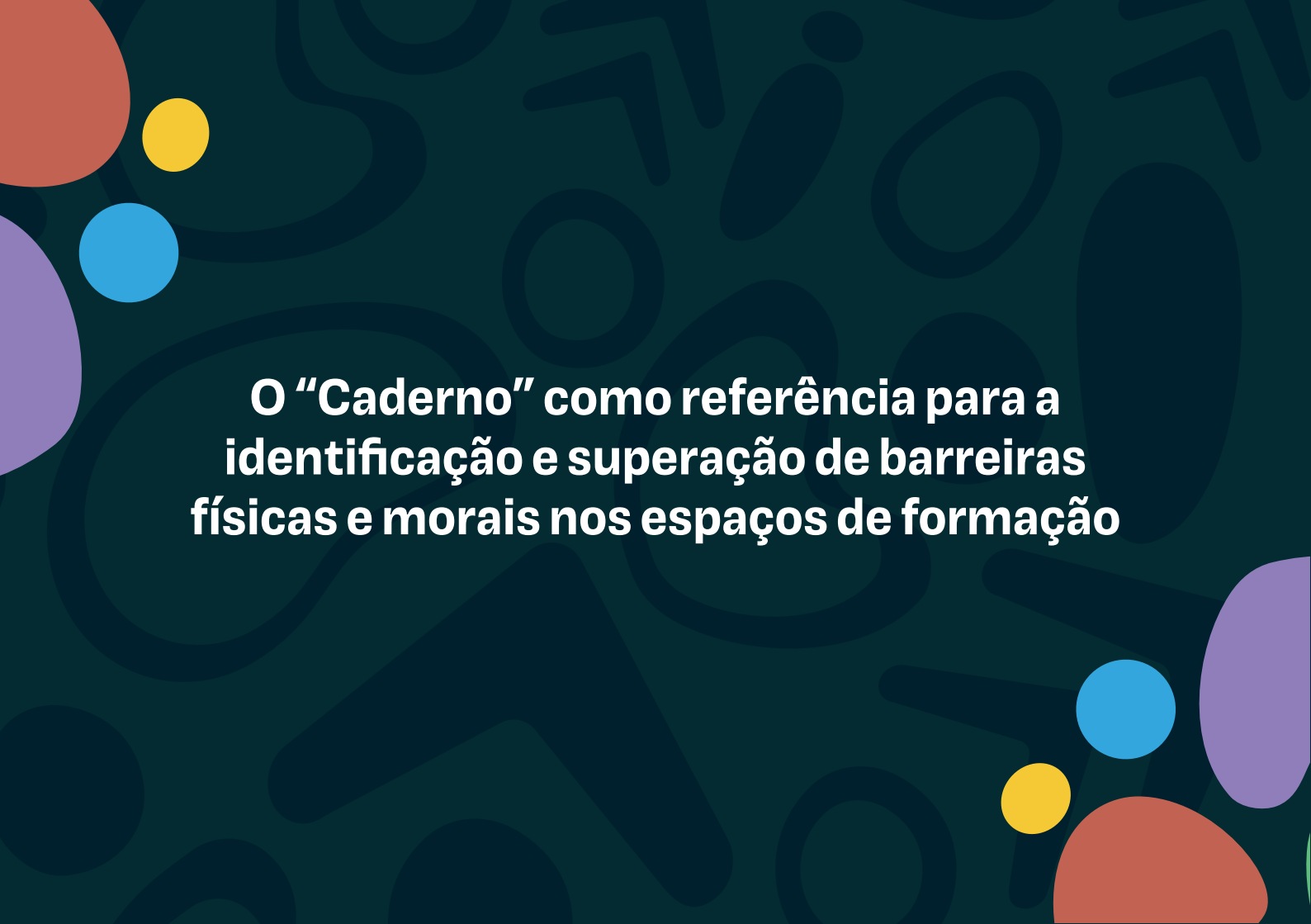
Importância do “Caderno” para promulgar e assegurar a acessibilidade como Direito Humano fundamental

O Caderno Prático de Recomendações e metodologia para Espaços de Formação assume papel central na efetivação da acessibilidade como direito fundamental ao operar a mediação entre o marco jurídico-conceitual e a prática cotidiana dos territórios. Embora a Constituição Federal, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão assegurem a acessibilidade como obrigação do Estado e da sociedade, a materialização desse direito depende de instrumentos capazes de orientar ações concretas.

Nesse sentido, o Caderno organiza, traduz e operacionaliza esses dispositivos legais em procedimentos técnicos, critérios objetivos e orientações aplicáveis aos espaços reais onde ocorrem as ações formativas.

Ao estabelecer parâmetros claros para a avaliação prévia dos ambientes, para a identificação de riscos e para a adoção de medidas corretivas viáveis, o Caderno contribui para que a acessibilidade deixe de ser um princípio abstrato e passe a orientar decisões institucionais. Ele qualifica o processo de escolha, adaptação e organização dos espaços de formação, reduzindo a distância entre o direito formalmente garantido e o acesso efetivamente ofertado. Assim, o Caderno se consolida como ferramenta indispensável para assegurar que a acessibilidade seja tratada como critério técnico obrigatório, condição de qualidade das ações formativas e elemento estruturante da garantia de direitos.






O “Caderno” como referência para a identificação e superação de barreiras físicas e morais nos espaços de formação

Além de seu papel normativo e institucional, o Caderno Prático de Recomendações cumpre função pedagógica estratégica ao oferecer às equipes, gestores e agentes territoriais um referencial acessível para a identificação sistemática das barreiras físicas e morais que produzem exclusão nos espaços de formação. Ao explicitar como degraus, desníveis, ausência de sinalização, materiais inacessíveis, ruídos, iluminação inadequada e atitudes capacitistas interferem na participação, o Caderno amplia a capacidade crítica dos atores envolvidos e promove uma leitura qualificada do território.

O acesso ao Caderno possibilita que essas barreiras, frequentemente naturalizadas no cotidiano, sejam reconhecidas como problemas técnicos e éticos passíveis de intervenção. Mais do que apontar falhas, o material oferece um norte metodológico para a transformação dos espaços, apresentando soluções adaptativas de curto prazo, orientações práticas e critérios de priorização. Dessa forma, o Caderno fortalece processos formativos comprometidos com a inclusão, ao capacitar os sujeitos para agir sobre a realidade concreta, promovendo ambientes mais acessíveis, acolhedores e socialmente justos.



Democratização do conhecimento técnico sobre acessibilidade nos territórios periféricos

Embora o marco legal da acessibilidade seja amplo e consolidado, seu conhecimento e aplicação ainda se concentram, em grande medida, em contextos institucionais formais e em espaços planejados sob critérios técnicos. Nos territórios periféricos e favelas, onde predominam espaços comunitários adaptados, improvisados ou construídos sem acompanhamento técnico especializado, as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais tendem a ser mais frequentes e naturalizadas. A ausência de informação acessível sobre normas, direitos e procedimentos contribui para a reprodução dessas exclusões, mesmo em iniciativas formativas bem-intencionadas.

Levar o conhecimento técnico e prático sobre acessibilidade a esses territórios é, portanto, ação fundamental para democratizar o acesso à informação e fortalecer o exercício da cidadania. O Caderno atua como ferramenta pedagógica e política ao permitir que lideranças comunitárias, coletivos culturais, educadores populares e equipes de campo reconheçam as barreiras existentes, compreendam suas implicações legais e sociais e disponham de orientações claras para transformá-las. Ao apresentar checklists, critérios de avaliação e soluções adaptativas compatíveis com a realidade local, o material rompe com a ideia de que a acessibilidade é inviável em contextos periféricos.

Dessa forma, o Caderno não apenas difunde conhecimento técnico, mas promove autonomia comunitária, corresponsabilização social e fortalecimento das práticas inclusivas nos espaços de formação. Ao circular nos territórios historicamente excluídos dos processos formais de planejamento urbano e educacional, ele contribui para reduzir assimetrias de informação, ampliar a capacidade de reivindicação de direitos e garantir que a acessibilidade deixe de ser privilégio de poucos para se tornar parâmetro comum na organização das ações formativas.

O Caderno é um investimento de grande relevância física e social com um baixo custo monetário para a implantação, pois:

1) O foco é em gestão, organização e operação, não em obra civil

O projeto é de baixo custo porque desloca o eixo da acessibilidade do “grande investimento em reforma” para aquilo que, na prática, mais gera resultado imediato: planejamento prévio, reorganização do espaço e padronização da operação. A metodologia exige visita técnica, checklist, registro, tomada de decisão e preparação do local antes da atividade. Isso significa que muitos problemas são resolvidos com mudanças de layout, retirada de obstáculos, criação de corredores, reposicionamento de mesas, melhoria da circulação, definição de rota de chegada e presença de apoio humano organizado.

Em vez de depender de rampas definitivas, obras de banheiro ou reestruturações caras (que nem sempre são viáveis no curto prazo), o Caderno ensina a qualificar o que já existe, reduzindo improvisos e aumentando a segurança com ações administrativas e logísticas. Na prática, o custo principal deixa de ser “material de construção” e passa a ser “método”, ou seja, tempo de equipe bem orientado, o que é mais barato e mais replicável.

2) As soluções propostas são modulares, provisórias e reutilizáveis, com materiais simples

A metodologia, que logo mais será totalmente exposta, foi desenhada para contextos onde os espaços não foram construídos com desenho universal, portanto ela prioriza soluções de mitigação que podem ser aplicadas e retiradas sem obra e, principalmente, reutilizadas em vários eventos.

Exemplos: chapas de compensado naval bem fixadas para estabilizar pisos irregulares, placas de borracha antiderrapante, passarelas simples, fitas de sinalização, cartazes em papel A3 com setas grandes, refletores LED portáteis e lanternas.

Esses itens têm três vantagens econômicas claras:

- *Baixo custo unitário, comparado a reforma estrutural;*
- *Alta durabilidade e reaproveitamento, porque o mesmo kit pode atender múltiplas formações*
- *Compra fracionada e escalável, permitindo começar pequeno e ampliar conforme necessidade.*

Ou seja, em vez de investimento alto concentrado, o projeto funciona como um “kit acessibilidade”, montado com itens acessíveis no mercado e que servem para diferentes territórios e espaços. Isso reduz drasticamente o custo total e aumenta a capacidade de replicação.

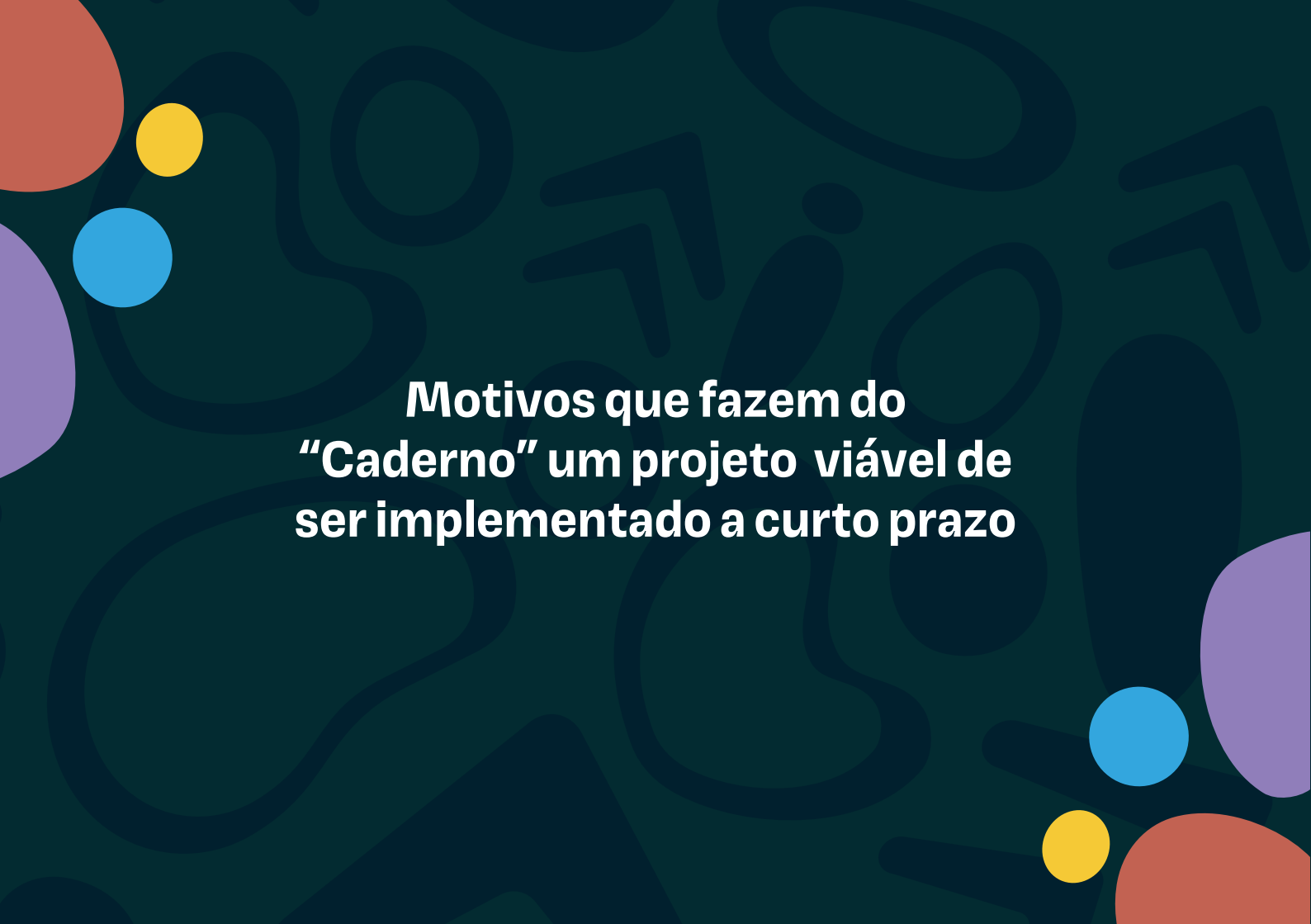
3) O Caderno reduz custos indiretos ao prevenir falhas operacionais, retrabalho e riscos

Mesmo quando um projeto parece “barato” no orçamento, ele pode sair caro quando gera imprevisto, falha de execução e danos institucionais. O Caderno é de baixo custo também porque atua como ferramenta de prevenção de riscos, evitando gastos indiretos que normalmente não aparecem no planejamento inicial. Quando não há metodologia, é comum ocorrer: local inadequado escolhido em cima da hora, necessidade de remanejamento emergencial, atrasos, cancelamentos, equipe tentando “resolver na hora” com soluções inseguras e, principalmente, constrangimento e exclusão de participantes — o que compromete resultados, gera desgaste e reduz a efetividade territorial.

Ao padronizar visita técnica, checklist, registro e critérios objetivos para aprovar ou reprovar um espaço, o Caderno:

Reduz retrabalho, diminui a chance de deslocamentos inúteis, evita que eventos precisem ser reorganizados às pressas e protege a instituição de situações em que a falta de acessibilidade pode ser interpretada como negligência ou discriminação.

Isso significa economia real, porque o custo não está apenas em “fazer adaptações”, mas em não errar: evitar decisões ruins, evitar imprevisto, evitar cancelamentos, evitar desgaste e evitar perda de público. Logo, o investimento é baixo e o retorno é alto porque o método reduz desperdício e aumenta a eficiência operacional.



Motivos que fazem do “Caderno” um projeto viável de ser implementado a curto prazo

1. A metodologia é imediatamente aplicável, pois não depende de obras estruturais ou processos burocráticos complexos

O projeto pode ser implementado em curto prazo porque sua lógica metodológica não está condicionada à realização de reformas, licitações, projetos arquitetônicos ou adequações estruturais permanentes, que normalmente demandam tempo, recursos financeiros elevados e trâmites administrativos prolongados.

Ao contrário, o Caderno propõe ações que podem ser executadas de forma imediata, a partir da organização do espaço existente, da definição de rotas acessíveis, da reorganização do mobiliário, da retirada de obstáculos e da aplicação de soluções provisórias seguras. A exigência central é a adoção de um protocolo de visita técnica e planejamento prévio, algo que pode ser incorporado rapidamente à rotina das equipes. Assim, a acessibilidade deixa de depender de um cenário ideal futuro e passa a ser operacionalizada no presente, com os espaços disponíveis, permitindo início imediato da aplicação da metodologia.


2. As ações propostas exigem capacitação simples e rápida das equipes, não formação técnica especializada

Outro fator que permite implementação em curto prazo é que o Caderno foi concebido para ser utilizado por equipes técnicas, facilitadores e parceiros locais, sem a necessidade de formação especializada em engenharia, arquitetura ou design universal. A metodologia se apoia em checklists objetivos, critérios claros e orientações práticas, que podem ser assimilados rapidamente por meio de oficinas curtas, reuniões técnicas ou formações internas. O foco está em ensinar a observar, avaliar e organizar, e não em executar intervenções técnicas complexas. Isso reduz drasticamente o tempo necessário para preparar as equipes, viabilizando a adoção quase imediata do Caderno como instrumento padrão de planejamento e escolha dos espaços de formação.

3. O projeto utiliza recursos simples, disponíveis no território, e soluções de rápida mobilização

A implementação em curto prazo também é possível porque o Caderno orienta o uso de recursos materiais simples, de fácil acesso e rápida mobilização, muitos dos quais já disponíveis nos próprios territórios ou instituições. Materiais como fitas de sinalização, cartazes impressos, lanternas, refletores portáteis, compensados, tapetes emborrachados e reorganização do mobiliário existente podem ser providenciados em poucos dias, sem dependência de fornecedores especializados.


Além disso, a metodologia proposta valoriza de forma central o papel da operação cotidiana e do apoio humano organizado, reconhecendo que a efetividade das ações de acessibilidade está diretamente relacionada à capacidade de planejamento, articulação e coordenação das equipes envolvidas. Nesse sentido, prioriza-se a construção de soluções a partir da leitura atenta do contexto, da divisão clara de responsabilidades e do uso estratégico dos recursos já disponíveis, em detrimento da dependência de aquisições de equipamentos complexos ou de alto custo.



Essa abordagem possibilita que ajustes relevantes e significativos sejam realizados por meio de decisões operacionais bem estruturadas, acordos coletivos e reorganização dos fluxos de trabalho, fortalecendo a autonomia das equipes locais. Como resultado, torna-se viável iniciar a aplicação do Caderno de maneira progressiva e gradual, respeitando as especificidades de cada território e de cada espaço, permitindo avanços concretos mesmo em contextos com limitações estruturais. Dessa forma, o processo de implementação não exige grandes preparativos prévios, mas se constrói de modo contínuo, adaptável e alinhado à realidade de cada local.



CONCLUSÃO DA JUSTIFICATIVA



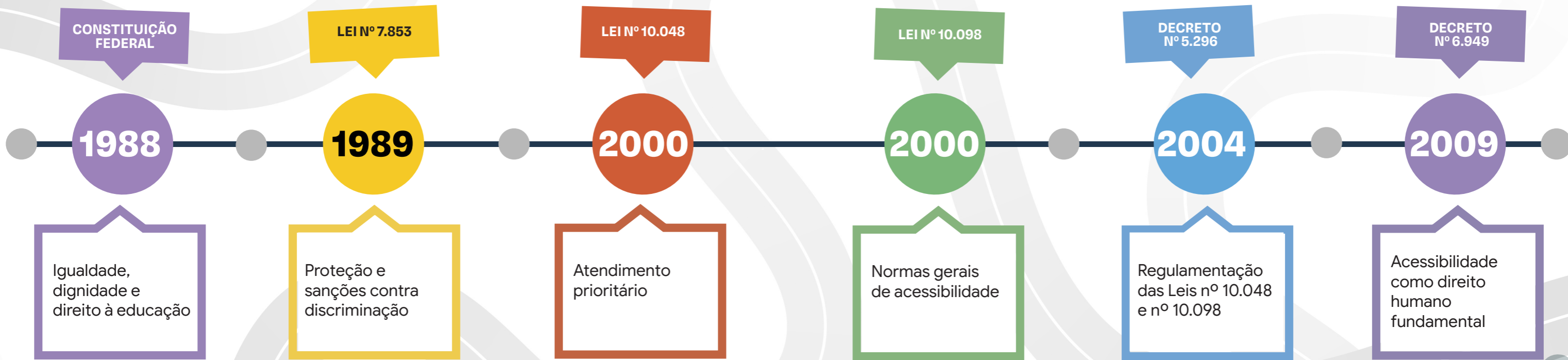
Dessa forma, o Caderno de Recomendações e metodologia para os Espaços de formação consolida-se como uma iniciativa de alto impacto social e baixo custo operacional, justamente por priorizar método, planejamento e organização em vez de intervenções estruturais complexas. Sua lógica é replicável, pois pode ser aplicada em diferentes territórios, espaços e formatos de formação; escalável, porque permite ampliação gradual conforme a capacidade das equipes e a disponibilidade de recursos; e sustentável, ao reduzir improvisações, prevenir falhas operacionais e qualificar decisões institucionais.

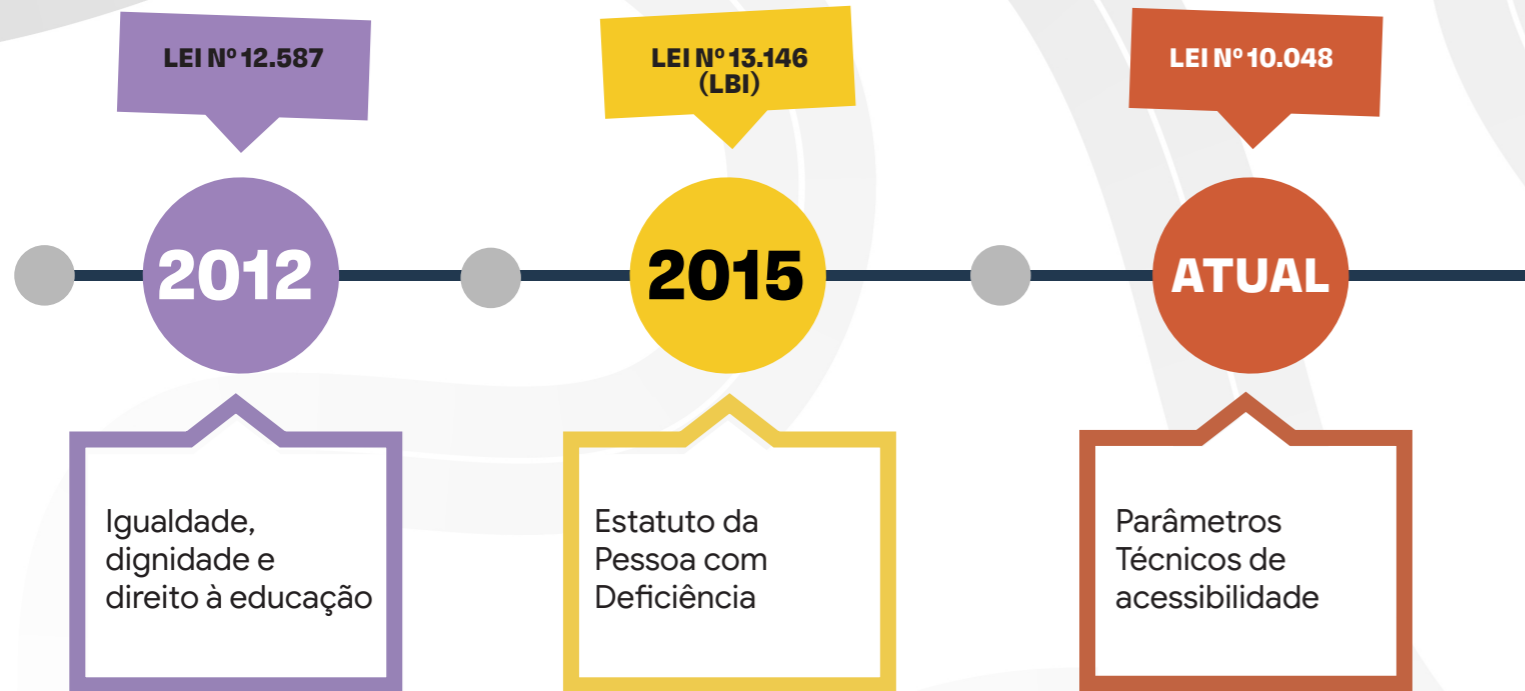
Ao transformar a acessibilidade em um critério técnico orientador dos processos de escolha, operação e avaliação dos espaços, o Caderno contribui de maneira direta para o fortalecimento da efetividade territorial das ações desenvolvidas pelo Prospera. Essa incorporação sistemática da acessibilidade como parâmetro de decisão qualifica as práticas institucionais, assegurando maior coerência entre os princípios que orientam as formações e as condições concretas em que elas se realizam.

Nesse movimento, amplia-se de forma consistente o alcance social das ações formativas, na medida em que os espaços passam a responder de maneira mais adequada às diferentes necessidades dos participantes. Ao mesmo tempo, o Caderno atua como instrumento de consolidação de uma cultura institucional comprometida com valores estruturantes, orientada pela promoção da autonomia, pela preservação da dignidade e pela inclusão compreendida como princípio permanente, e não como ação pontual ou excepcional.

Ademais, em conjunto com os fatores práticos envolvidos, torna-se evidente que o Caderno de Recomendações é um projeto tecnicamente maduro, operacionalmente simples e estrategicamente viável no curto prazo, pois combina método claro, capacitação acessível e soluções práticas. Sua implementação não depende de condições ideais, mas da decisão institucional de adotar a acessibilidade como critério técnico imediato de qualidade, planejamento e legitimidade das ações formativas.

Linha do tempo dos principais aparatos legislativos sobre a acessibilidade no Brasil





METODOLOGIA

Princípio Metodológico Geral

A metodologia do Caderno de Recomendações e metodologia para espaços de formação parte do entendimento de que a acessibilidade é condição prévia de legitimidade da ação formativa, e não um ajuste posterior. Assim, toda atividade somente pode ser considerada adequada quando o espaço permite chegada, permanência, circulação, uso e compreensão com autonomia, segurança e dignidade.

Todo o projeto adota o modelo social da deficiência, reconhecendo que a exclusão decorre das barreiras ambientais, organizacionais e atitudinais, e não do corpo do participante. Essa abordagem está alinhada aos princípios da Constituição Federal, da Lei Brasileira de Inclusão e da **ABNT NBR 9050**.

ETAPA

1

Avaliação Prévia Obrigatória do Espaço

Nenhum espaço pode ser utilizado sem visita técnica presencial. Fotografias ou descrições não substituem a observação direta.

AÇÕES ORIENTADAS PELO CADERNO:

- Realizar vistoria presencial com trena, medidor de inclinação e avaliação básica de iluminação.
- Produzir registro técnico com anotações e imagens para subsidiar a decisão.
- Registrar larguras de circulação, desníveis, obstáculos, iluminação, ruídos e condições reais de uso.

A visita técnica transforma a escolha do espaço em decisão técnica e documentada, reduzindo improvisos e riscos.

ETAPA

2

Organização da Rota Acessível desde o Entorno

A acessibilidade começa antes da porta de entrada. O Caderno orienta que a equipe avalie todo o percurso do participante.

AÇÕES PRÁTICAS:

- Realizar atividades sempre com o apoio médico a postos em áreas estratégicas
- Criar rotas sinalizadas com setas visuais simples, fitas no chão ou apoio humano.
- Definir o marco inicial da rota acessível no ponto mais próximo onde o transporte consegue chegar.
- Avaliar calçadas, becos, vielas, iluminação pública e obstáculos fixos.

O critério não é o trajeto ideal, mas o trajeto possível, seguro e organizado, sempre com o apoio médico quando necessário.

ETAPA

3

Mitigação de Barreiras no Percurso Externo

Nos territórios periféricos, a metodologia orienta soluções provisórias, seguras e responsáveis, sem depender de obras estruturais.

AÇÕES RECOMENDADAS:

Regularizar pisos irregulares com:

- *Chapas de compensado naval fixadas,*
- *Placas de borracha antiderrapante,*
- *Passarelas de madeira ou tapetes fixos*

Eliminar obstáculos móveis do percurso antes do início da atividade é uma ação empática e justa que garantem não só a segurança de todos, mais também a liberdade de ir e vir sem medo.

ETAPA

4

Gestão de Desníveis, Escadas e Vãos Reduzidos

Quando a eliminação da barreira não é possível, o Caderno orienta gestão técnica do risco, não improviso.

AÇÕES ORIENTADAS:

1. Em escadas inevitáveis:

*Disponibilizar cadeira de transporte estreita,
Designar equipe treinada para apoio coordenado,
Avaliar realocação da atividade para nível inferior.*

2. Em portas estreitas:

*Retirar a folha da porta durante a atividade,
Utilizar acesso secundário mais amplo como entrada oficial
Liberar completamente a área de passagem.*

ETAPA

5

Organização Interna do Espaço de Formação

A metodologia orienta a reorganização do ambiente interno para garantir circulação, uso e participação.

ETAPA

6

Avaliação de Sanitários e Permanência

A permanência é condição essencial da acessibilidade

AÇÕES PRÁTICAS:

- Retirar cerca de 30% das cadeiras para ampliar circulação.
- Criar corredor central com mínimo de 90 cm.
- Posicionar mesa do facilitador lateralmente.
- Reservar espaço integrado para cadeiras de rodas, sem segregação.
- Eliminar obstáculos suspensos, fios soltos e móveis improvisados.

AÇÕES ORIENTADAS:

- Verificar existência e condições de sanitário acessível.
- Planejar apoio humano
- Mapear sanitário acessível mais próximo no território
- Prever banheiro químico acessível em eventos maiores.

A ausência de sanitário acessível é tratada como fator crítico, não detalhe secundário.

ETAPA

7

Comunicação, Sinalização e Orientação

A metodologia prioriza sinalização funcional, adequada ao território.

AÇÕES PRÁTICAS:

- *Utilizar placas simples em papel A3, setas grandes e contrastantes.*
- *Marcar rotas com fita colorida no chão ou paredes.*
- *Designar pessoa de referência no percurso para acolhimento e orientação.*
- *Evitar linguagem técnica excessiva ou sinalização complexa.*

ETAPA

8

Operação da Acessibilidade pela Equipe

Em contextos periféricos, a acessibilidade é 50% estrutura e 50% operação.

AÇÕES EXIGIDAS DA EQUIPE:

- *Conhecer previamente todo o percurso.*
- *Manter a rota livre durante o evento.*
- *Acompanhar a chegada dos participantes.*
- *Oferecer ajuda de forma respeitosa, sem constrangimento.*
- *Evitar improvisações no dia da atividade.*

ETAPA

9

Protocolo de Comunicação Prévia ao Participante

Reduzir barreiras antes da chegada e evitar constrangimento ou desistência.

ETAPA

10

Plano de Acolhimento Inclusivo e Recepção Organizada

transformar a chegada em experiência segura, previsível e respeitosa.

AÇÃO METODOLÓGICA:

- Criar uma rotina de informação antecipada (convite/WhatsApp/cartaz digital) com: **como chegar, ponto de desembarque recomendado, existência ou não de degraus, tipo de piso, tempo médio de deslocamento, referência visual do local e contato de apoio.**
- Incluir uma pergunta padrão e objetiva no cadastro: **“Você precisa de algum apoio ou ajuste para participar com autonomia?”**

AÇÃO METODOLÓGICA:

- **Criar um micro-roteiro de recepção: abordagem respeitosa, oferta de ajuda sem imposição, confirmação do melhor caminho e acompanhamento até o local de permanência.**
- **Definir função clara de “ponto focal de acessibilidade” no evento (1 pessoa responsável).**
- **Prever “ponto de espera protegido” para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, autistas e pessoas com baixa visão (reduz ansiedade e exposição ao risco).**

ETAPA

11

Controle de Conforto Sensorial e Previsibilidade do Ambiente

Reduzir barreiras sensoriais que afetam especialmente autistas, pessoas com ansiedade, baixa visão ou sensibilidade auditiva.

Ação metodológica:

- Implementar um “check sensorial” antes do início: ruídos constantes, microfonia, eco, cheiros fortes, ventilação, luz direta no rosto, excesso de estímulos visuais.
- Estabelecer regras simples: evitar sons abruptos, manter volume constante, avisar antes de mudanças (intervalo, dinâmica, mudança de sala).
- Criar zona de decompressão (um canto mais silencioso, com cadeira, água e menor estímulo) e comunicar que pode ser usada sem justificativa.

ETAPA

12

Padronização do Registro e Evidência de Conformidade

Garantir rastreabilidade, aprendizado institucional e prevenção de falhas recorrentes.

Ação metodológica:

- Produzir uma “ficha do espaço” para reutilização futura (o que funciona, o que não funciona, quais ajustes são obrigatórios).
- Formar um banco interno de espaços com classificação prática (apto, apto com ajustes, inapto) para acelerar decisões e evitar repetição de problemas.
- Criar um modelo único de registro pós-evento: barreiras encontradas, soluções aplicadas, limitações não resolvidas, incidentes e recomendações para próxima edição.

SÍNTESE METODOLÓGICA

A metodologia do Caderno ensina que promover acessibilidade em espaços de formação significa garantir, de forma prática e responsável:

- *Rota possível e sinalizada*
- *Acompanhar a chegada dos participantes.*
- *Piso estável*
- *Passagem viável*
- *Organização interna adequada*
- *Apoio humano estruturado*
- *Segurança real e permanência digna.*

A acessibilidade deixa de ser princípio abstrato e passa a ser procedimento técnico, critério de decisão e prática concreta de inclusão, alinhada às diretrizes institucionais do Sebrae e às políticas do Ministério da Cultura.

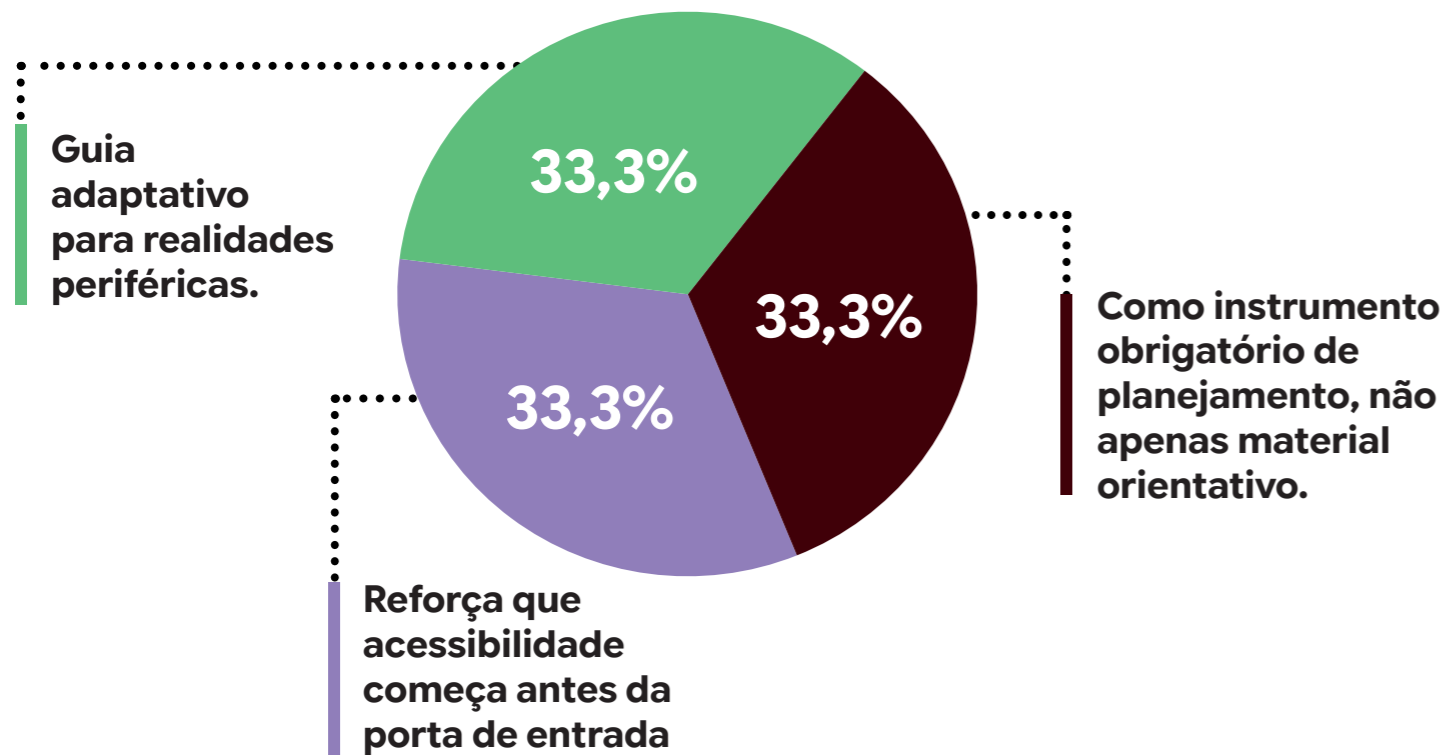
A close-up photograph of a person's ear being fitted with a hearing aid. The person's hand is visible, holding the device in place. The background is dark, and the lighting highlights the ear and the device. The text 'QUADRO METODOLÓGICO' is overlaid on the image in a white, bold, sans-serif font.

QUADRO METODOLÓGICO

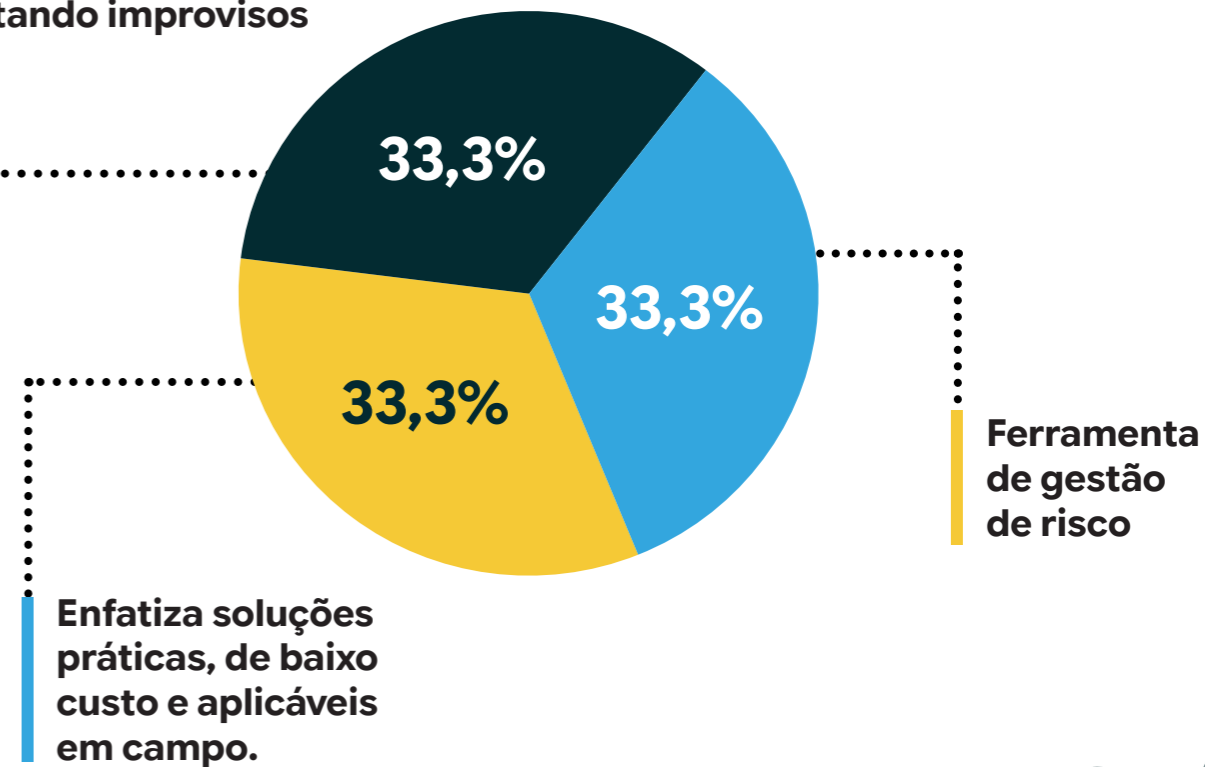
EIXO METODOLÓGICO	META CENTRAL	AÇÕES PRIORITÁRIAS ENSINADAS PELO CADERNO
Avaliação prévia dos espaços	Garantir que nenhum espaço seja utilizado sem análise técnica	Realizar visita técnica presencial; aplicar checklist de acessibilidade; registrar barreiras e riscos
Acesso e chegada ao local	Assegurar chegada autônoma e segura dos participantes	Avaliar entorno, rotas de transporte, iluminação externa e pontos de embarque/desembarque
Organização da rota acessível	Viabilizar percurso possível nos territórios	Definir marco inicial da rota; sinalizar trajeto; organizar apoio humano
Mitigação de barreiras físicas	Reduzir riscos sem depender de obras estruturais	Regularizar pisos; usar rampas móveis; remover obstáculos temporários
Gestão de desníveis e escadas	Garantir segurança quando barreiras são inevitáveis	Planejar apoio com cadeira de transporte; equipe treinada; realocação de atividades
Adequação de portas e vãos	Permitir passagem viável e circulação mínima	Retirar folhas de portas; usar acessos alternativos; liberar áreas de passagem

EIXO METODOLÓGICO	META CENTRAL	AÇÕES PRIORITÁRIAS ENSINADAS PELO CADERNO
Organização interna do espaço	Garantir circulação, uso e permanência	Reduzir cadeiras; criar corredores; integrar cadeiras de rodas ao grupo
Permanência e sanitários	Assegurar dignidade durante toda a atividade	Avaliar sanitários; planejar apoio; prever alternativas externas
Comunicação e sinalização	Facilitar orientação e reduzir constrangimento	Usar sinalização simples; fitas visuais; pessoas de referência
Prevenção de riscos legais e operacionais	Reduzir exposição a falhas e discriminação	Documentar decisões; registrar avaliações; aplicar protocolos
Cultura institucional de inclusão	Consolidar acessibilidade como valor permanente	Padronizar procedimentos; replicar metodologia
Atenção médica	Garantir que todos os participantes das atividades tenham acesso a auxílio médico em caso de emergência	Indicar a instalação de postos de pronto atendimento em locais estratégicos

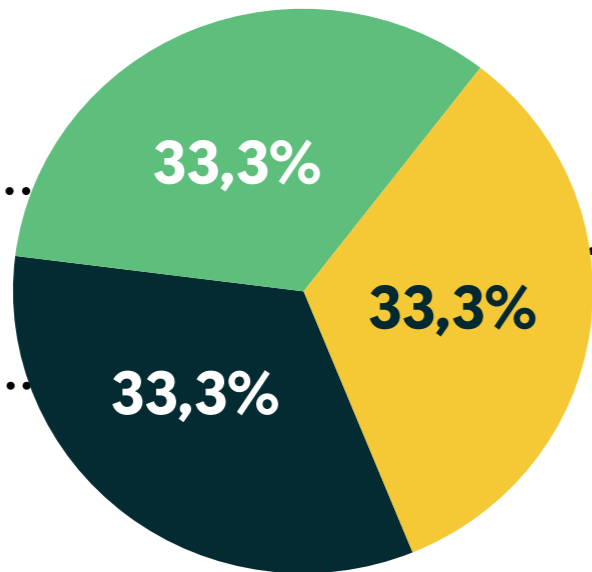
GRÁFICOS DA IMPORTÂNCIA DIRETA DO “CADERNO” PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES METODOLÓGICAS



Orienta decisões técnicas objetivas, evitando improvisos



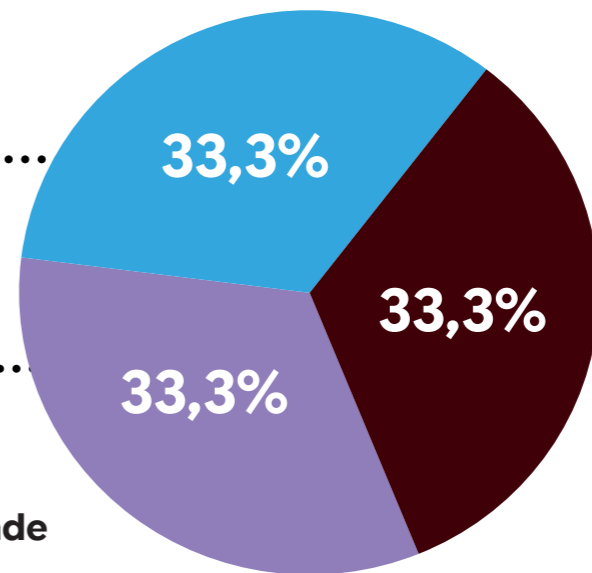
Ferramenta de formação das equipes



Reforça acessibilidade como condição de permanência, não apenas acesso

Instrumento de comunicação inclusiva

Instrumento de conformidade legal



Conecta acessibilidade à justiça territorial

Referência institucional de qualidade



RESUMO FINAL

O Prospera Acessibilidade – Caderno de Recomendações e Metodologia para Espaços de Formação nasce do entendimento de que a qualidade de uma ação formativa não se define apenas pelo conteúdo oferecido, mas pelas condições concretas que permitem às pessoas chegarem, permanecerem e participarem com autonomia.

Em contextos comunitários, culturais e empreendedores, o espaço não é cenário neutro: ele atua como parte da experiência educativa. Quando impõe barreiras, reduz o acesso ao conhecimento, compromete a dignidade e restringe o alcance social da iniciativa.

Por isso, o Caderno foi concebido como um instrumento técnico-pedagógico que traduz marcos legais e normativos em procedimentos operacionais aplicáveis, tornando a acessibilidade um critério real de planejamento e decisão, especialmente onde os ambientes não foram pensados sob a lógica do desenho universal.

Por fim, o conjunto do Caderno consolida uma proposta de baixo custo e rápida implementação, porque prioriza método, gestão e soluções reutilizáveis, além de capacitação prática das equipes, permitindo aplicação progressiva território por território. Ele fortalece a comunicação e o ensino sobre acessibilidade, superando visões assistencialistas e reduzidas, e consolidando a inclusão como valor ético, critério técnico de qualidade e condição de legitimidade das ações formativas, culturais e comunitárias, em diálogo com diretrizes institucionais e políticas públicas.

Pois quando tudo isso se traduz em prática, a acessibilidade deixa de ser um capítulo e vira caminho. Vira gesto de cuidado que começa antes da porta, vira rota possível iluminada por atenção, vira sala reorganizada para caber gente inteira. O Caderno, no fundo, é uma forma de dizer que ninguém deve pedir licença para existir na formação: que aprender, criar, empreender e pertencer não podem depender de sorte, força ou ajuda improvisada — mas de um espaço que reconhece, com humildade e firmeza, que a dignidade é o primeiro conteúdo de toda aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Acessibilidade cultural: guia prático para agentes culturais.

Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

GIL, Marta. Acessibilidade, inclusão e desenho universal. São Paulo: Senac, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: MinC, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

 **prospera**

Instituto
BR

SEBRAE